

**CULTURA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO
NO NORDESTE INDÍGENA
OS FULNI-Ô**

Peter Schröder (org.)

Editora
Universitária  UFPE

**Recife
2012**

Aspectos da organização econômica nas relações de pressão e estratégias de sobrevivência

Carla Siqueira Campos

Introdução

Os Fulni-ô, assim como os demais povos indígenas do Nordeste, vivenciaram um processo histórico de espoliação, dominação e exploração, levando-os a travar uma luta por seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. Esta luta enfrentou uma racionalidade política hegemônica de ocultação das identidades culturais, religiosas e políticas do Nordeste indígena, mantendo-as por algum tempo invisível até princípios da década de 1920, quando voltam a ser afirmadas, dando início ao movimento de etnogênese na região, impulsionado pela mobilização política dos índios Fulni-ô. O reconhecimento oficial desta identidade é dado pelo Serviço de Proteção dos Índios (SPI), no final da mesma década, permanecendo, contudo a luta dos índios, iniciada desde o início da mobilização da identidade étnica, por seus direitos frente ao Estado, com destaque para os direitos originários.

Ao passo que o movimento de etnogênese indígena se apoiava na constituição de sujeitos de direitos etnicamente diferenciados, potencializava o reconhecimento sobre o direito territorial, mudando a visão sobre o domínio da terra. “Aqueles que viajavam em busca de apoio na defesa de suas posses passam então a viajar em busca do direito de seus territórios como ‘remanescentes’” (Arruti 1999:253).

O território Fulni-ô está assentado no município de Águas Belas, que por sua vez “significa na memória coletiva do grupo a âncora do pertencimento, local onde compartilham crenças e destinos comuns, a trajetória social, seu lugar sagrado e seu território tradicional” (Secundino 2003:18). Este município é ainda um ambiente marcado por conflitos e tensões, onde os Fulni-ô enfrentam várias adversidades no campo social, político e econômico.

Os indicadores de qualidade de vida e acesso aos direitos básicos revelados no índice de desenvolvimento humano de Águas Belas colocam o município em penúltimo lugar no ranking entre os 100 municípios brasileiros com os menores IDH e evidenciam a precária situação em que vive sua população. A difícil conjuntura atual por que passa o município é resultado de um processo histórico, definido há mais de dois séculos e legitimado pelo poder estatal, de formas políticas e econômicas explicitadas na estrutura fundiária e no poder local, nesta região (Secundino 2007). Desta forma, as concentrações de terra e poder se configuraram como as forças motrizes do campo político de Águas Belas, caracterizado por Secundino (2007:88) pelo:

[...] mandonismo e o patrimonialismo estruturados nas *benesses* do domínio territorial quanto à posse e uso da terra (herança colonial), que se projeta na disputa e na rivalidade política, objetivando assegurar vantagens ligadas à propriedade e ao arremate do voto entre a clientela/parentela, sob o julgo dos *donos do poder* e das propriedades.

A região de Itaíba, a que pertence Águas Belas, foi apontada pelo INCRA (2006)¹ como uma das áreas de maior conflito social no Estado de Pernambuco, caracterizando o município como um campo de disputa por terras. O controle e uso das terras no município estavam sendo reivindicados, em 2006, por três movimentos sociais de agricultores rurais sem terra² – que mantinham nove assentamentos, 18 acampamentos e

¹ Informações obtidas junto à coordenação do Departamento da Ouvidoria Agrária, na Superintendência do INCRA de Pernambuco (SR03-PE).

² Segundo informações da Ouvidoria Agrária do Incra no ano corrente de 2006, estiveram em disputa por terras em Águas Belas o Movimento dos Trabalhadores

1643 famílias envolvidas – três comunidades quilombolas³, a própria população urbana, que vive no núcleo da cidade, dentro de terras indígenas, e o povo indígena Fulni-ô, construindo um cenário social conflituoso e repleto de tensões.

Além de toda a dificuldade encontrada no campo social, político e econômico, a população de Águas Belas enfrenta, também, obstáculos no campo físico-biológico. Localizado no polígono das secas, no semi-árido pernambucano, o município convive com a ocorrência cíclica da seca e a escassez e sazonalidade que marca a oferta de água, afetando a disponibilidade de parte dos recursos naturais. O problema de ordem natural tido como a principal causa de todas as demais dificuldades é menos a ocorrência das chuvas e mais as diferenças no acesso e na qualidade deste recurso.

Confinados a uma área menor do que a equivalente ao território indígena original, os Fulni-ô se encontram sem direito de exercer o controle e as decisões sobre seus ambientes e recursos naturais, tendo parte deles apropriados e utilizados indevida e inadequadamente. Desta maneira, os Fulni-ô não só usufruem de menos poder, como também de uma parcela desigual da degradação ambiental produzida por não-indígenas, resultado de um modelo hegemônico de desenvolvimento econômico que vulnerabiliza as populações indígenas, historicamente expropriadas de seus direitos originários, instaurando um quadro de injustiça ambiental, entendida como:

[...] a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, população de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcela marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (Acsehrad et al. 2004:10)

Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

³ Nos anos de 2004 e 2005 foram reconhecidas e identificadas, pela Fundação Cultural Palmares, 3 comunidades quilombolas em Águas Belas: 1. *Quilombo*, publicado no Diário Oficial da União no dia 10/12/2004; 2. *Sítio Pinhão*, publicado no DOU no dia 08/06/2005; e 3. *Tanquimbos*, também publicado no DOU no dia 08/06/2005.

A ideia de justiça ambiental “incorpora uma noção distributiva de justiça” (Martínez Alier 2007:274), considerando que os benefícios e as cargas ambientais se diferem quando em áreas habitadas por ricos e pobres, por brancos ou minorias étnicas, ficando os interesses materiais acima dos valores sociais.

Nesses termos, o meio ambiente deixa de ser visto como algo exterior e desconectado das pessoas, para ser compreendido também como o lugar material onde se realizam as relações sociais. Estas relações, inclusive nos seus aspectos de poder, equidade/iniquidade, igualdade/desigualdade e exploração, não se apresentam apenas na condição social, elas parecem também na paisagem, fazendo com que “a vida social degradada se expresse em vida ambiental degradada” (Pádua 2004:48).

É neste ambiente complexo, historicamente marcado por conflitos sociais, disputas de terras e outros recursos que os Fulni-ô lutam por sua permanência e sobrevivência no território, por gerações manejado por seu povo. No esforço de superar as pressões sociais, ambientais e econômicas e garantir a continuidade desse povo etnicamente distinto, os Fulni-ô criaram estratégias de aproveitamento das potencialidades humanas, culturais e dos recursos naturais existentes.

Essas estratégias são construídas na relação com o ambiente possibilitando o grupo acumular “informações que lhe possibilita satisfazer suas necessidades, engendrando soluções, resolvendo problemas, compartilhando valores com os outros e construindo ‘coletivos’ híbridos de natureza e cultura” (Branquinho 1999:64). Essa relação, por sua vez, é reelaborada de acordo com o momento histórico, mantendo no “*dwelling-in*” (Ingold 1996) a base da elaboração cognitiva e prática do grupo.

Nem sempre essas estratégias correspondem a processos adaptativos, algumas vezes representam sim processos mal adaptativos. Considerando a perspectiva de Morán (1990), o processo adaptativo é aquele que proporciona algum tipo de benefício ao ambiente, em uma ou várias de suas dimensões. Em contraponto, o processo mal adaptativo pode ser entendido como aquele que causa prejuízo a pelo menos uma dessas dimensões do ambiente. Morán alerta para o fato de que, na maioria dos casos, uma adaptação bem sucedida em uma dessas dimensões pode causar uma má adaptação em outra.

Considerando que as pressões ambientais, sociais e econômicas impõem dificuldades e apontam caminhos que passam a ser adminis-

tradas pelos Fulni-ô na tentativa de garantir a especificidade indígena e a continuidade em suas terras, esse artigo se debruça sobre a organização econômica desses índios, como um campo de formação de estratégias de superação/minimização de tais pressões.

Os campos político e intersocietário

Para melhor entender as atuais relações estabelecidas entre os Fulni-ô e os dois atores sociais que ganharão destaque neste texto, o Estado e a sociedade envolvente, é preciso compreender a entrada do órgão indigenista oficial no Nordeste e as racionalidades políticas e econômicas que orientaram sua ação.

Quando iniciam a mobilização política pelo reconhecimento de sua identidade étnica, e conseqüentemente pelos direitos atribuídos a ela, os Fulni-ô, por apresentarem alguns sinais diacríticos, se transformam no canal de entrada do órgão indigenista oficial e suas políticas:

Os Fulni-ô reuniam, portanto, as condições básicas para o *empreendimento* indigenista, que traduziam um outro par de razões que justificavam a entrada do órgão no Nordeste: uma racionalidade “etnológica” ou folclórica (os tais sinais externos) e econômica, mais agora em um sentido mais estrito, no qual o cálculo não dizia respeito à economia regional ou nacional, mas à promessa de viabilidade econômica do próprio órgão indigenista. (Arruti 1999: 237)

A iniciativa dos Fulni-ô não só permitiu a entrada do órgão indigenista no Estado, mas redefiniu os horizontes de sua política no Nordeste brasileiro, perpetuando as marcas da colonização. As ações da política indigenista oficial, justificadas na intenção de minimizar a violência historicamente cometida contra os índios, expandiram as fronteiras econômicas do Estado e instituíram o mercado fundiário tutelado e a ideologia da integração nacional as bases de suas ações. O mercado fundiário tutelado se tornaria a base da racionalidade econômica do Estado e a ideologia da integração nacional a base de sua racionalidade política (Secundino 2007).

A conjugação das racionalidades política e econômica compôs, então, o projeto governamental de desenvolvimento que teria na tutela e no clientelismo suas principais formas de controle da população indígena, definindo os rumos de seu (etno)desenvolvimento⁴ e mantendo os índios destituídos de poder autônomo.

O clientelismo e o poder tutelar – que estão na base da relação constituída entre o índio, o Estado Nacional e outras forças sociais e políticas nos níveis supranacional, nacional ou subnacional – não permitiram, até o momento, que as esferas de negociação sejam constituídas de maneira a contemplar a diversidade étnica da sociedade brasileira e a perceber os indígenas como atores legítimos e autônomos. (Fialho 2007:11)

Embora esbarrando em uma política governamental que afirmando favorecer os índios destituía-nos de poder, um espaço de negociação foi ocupado pelos Fulni-ô que passaram a reivindicar seus direitos enquanto sujeitos etnicamente diferenciados, especialmente o direito sobre a posse e uso do seu território.

A possibilidade de retomada das terras originalmente ocupadas pelos Fulni-ô, animada com o processo de territorialização (Oliveira 1999:20), se depara com as consequências da prática do loteamento, fruto da política fundiária do século XIX, que durante ação da Comissão de Medição de Terras Públicas considerou 427 lotes, com cerca de 30 hectares, e 107 de diversos tamanhos menores, embora os pontos que definem sua terra vão muito além destes limites fixados (Ferreira 1996). A prática do loteamento do território indígena foi resultado de uma complexa questão fundiária responsável pela atual situação dos Fulni-ô, que teve como base a imposição de um modelo de terra indígena desvinculado de sua territorialidade e sem verificação prévia das terras tradicionalmente ocupadas. As legislações fundiárias continuaram a reservar aos índios uma pequena parcela de terras, lesando seus direitos originários.

⁴ Embora algumas vezes seja utilizado o mote de etnodesenvolvimento, este tem poucas diferenças para projetos de desenvolvimento voltados à população não-indígena, tampouco dão conta das diferenças étnicas entre cada povo (Fialho 2007).

A luta por terras é uma antiga conhecida desses índios que vivem uma relação animosa com a sociedade envolvente desde os primórdios da colonização da região e da fundação da cidade, cujo alvo da disputa é o território indígena. A suposta doação da área onde foi erguida a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, dando origem à cidade de Águas Belas, foi decisiva para o futuro da área indígena, que ainda hoje sofre com as consequências da expansão da cidade no centro de suas terras. Esta situação implica, necessariamente, na divisão das terras indígenas e seus demais recursos naturais com um grupo social e culturalmente distinto, tendendo a uma convivência pouco harmoniosa.

Uma situação de doação nesses termos tende a provocar mais prejuízos do que benefícios aos donos das terras sendo difícil compreendê-la. Principalmente entre os Fulni-ô há dúvidas sobre a autoria desta doação:

Hoje, nós índio Fulni-ô, que estudou e têm o conhecimento da história contada pelo português e que também entende o português, nós que estudamos até o segundo grau, como eu e vários, nós estamos vendo hoje que foi muito bem calculado pra implantar essa cidade aqui dentro. Ela tá situada no centro da nossa área [...]. Dá pra vê que foi uma estratégia política muito bem bolada [...]. (Almir)

Os conflitos e as consequências provocadas por esta situação fora de todas as ordens: contra o ser humano, contra sua cultura e religião, contra as bases de sustentação do povo indígena Fulni-ô, ou seja, contra suas condições de permanência e sobrevivência na área. Os relatos indígenas sobre a luta pela permanência nas terras lembram momentos em que eram coagidos e rechaçados sob constantes violências físicas, muitas vezes tendo que buscar refúgio nas caatingas.

O pessoal botava fogo, matava o índio, desmatava toda a região. Aí, de quê que os índios vai viver agora? De quê que eles vai sobreviver agora? Matava os animais que a gente comia, a paca, o veado, mataram as caça toda. Mataram o índio, devastaram a mata, e hoje a gente somente vamos viver igualmente o branco... come a comida do branco, não tem jeito, não tem outra alternativa [...]. (Gláucio)

Na década de 1920, o Serviço de Proteção dos Índios introduziu um modelo de ação e controle de recursos fundiários, testado anteriormente em outros estados, justificando ser um mecanismo de resolução de conflitos agrários e de controle de populações não-indígenas estabelecidas em terras reivindicadas por indígenas. Nascia naquele momento a prática do arrendamento de lotes, sendo oficialmente institucionalizado em 1925 e formalmente intermediado pelo SPI, permitindo a apropriação formal da terra indígena por terceiros.

Este mecanismo teve como função estratégica efetivar as racionalidades política e econômica do órgão indigenista, mencionadas anteriormente, transformando gradualmente os povos indígenas em trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que fornecia subsídios econômicos aos postos indígenas, representando uma fonte financeira para seu sustento.

A intenção em que esta medida se apoiava, de reduzir os conflitos entre índios e não índios pela posse e uso das terras, não foi alcançada. Ao contrário, as tensões e conflitos pela posse de terra entre índios e não-índios seguiram, e o aparato jurídico-administrativo do Estado apenas serviu para 'legalizar' a prática que persiste até os dias atuais e que muito pouco, ou nada traz de vantagem aos índios.

O desrespeito à territorialidade indígena, historicamente, tem estado presente nas práticas da população não indígena e do poder público. Somam-se casos: CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), CELPE (Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco) e COMPESA⁵ (Companhia Pernambucana de Saneamento e Água) são alguns dos protagonistas dos conflitos que imprimiram consequências negativas ao território indígena.

Os ambientes que integram o território dos Fulni-ô são palco desses conflitos interétnico e objetos de disputa, porém continuam a ser sua base de sustentação material, religiosa e simbólica, fornecendo parte significativa dos elementos necessários para manutenção do grupo.

⁵ Cabe dizer que depois da terra, a água configura como elemento de disputa entre esses grupos, cujos conflitos vêm ganhando destaque nas últimas décadas.

O ambiente em disputa

A ocupação física dos Fulni-ô se concentra nas três aldeias – urbana (ou sede), Xixiakhlá e Ouricuri, porém esses índios usufruem uma área para além desses espaços, onde efetuam parte de suas atividades sociais e econômicas, explorando diversos habitats, com maior ou menor intensidade de acordo com seu momento histórico.

As condições físicas e climáticas favoráveis tornam as serras alvo de disputas. Esses ambientes são preferidos pelos Fulni-ô para caça e, principalmente, coleta da palha da palmeira ouricuri. São também regiões privilegiadas para o plantio de algumas espécies agrícolas, sobretudo uma variedade de frutíferas, cujas características climáticas favorecem seu crescimento. A serra do Comunaty, incluindo suas subdivisões, é de extrema importância como área de captação hídrica desta região, pois é a área das ocorrências de algumas cabeças de drenagens. É a mais procurada pela sua aproximação com a aldeia urbana e sofre com as sucessivas queimadas, desmatamentos e uso inadequado do solo. Grande parte de suas terras está ocupada pelos arrendatários, com isso os Fulni-ô perderam o uso dessas terras e até mesmo os recursos naturais que antes os abasteciam, hoje não são mais encontrados, ou são em pouca quantidade. Além da Serra do Comunaty, outras serras alimentam a história dos Fulni-ô e são importantes fontes de recursos e espaços identitários como, por exemplo, a serra dos Cavalos onde são encontradas algumas pinturas rupestres. Esta serra e outras, como a serra do Nazário, foram palco de assentamentos dos Fulni-ô, contudo as pressões econômicas feitas pelos não-índigenas impediram que os mesmos continuassem a usufruí-la, coibindo a entrada dos índios neste ambiente.

Quanto aos rios, sua utilização tendo sido inversamente proporcional a apropriação pela população não-índigena e o aumento da degradação ambiental. O perene riacho Cipriano, afluente da bacia do rio Ipanema, passa pelas aldeias urbana e Xixiakhlá e foi há poucos anos atrás uma importante fonte hídrica, abastecendo as residências, fornecendo alimentos e servindo como lazer, no entanto atualmente os índios o evitam. Com isso, as melhores opções para pesca e banho na região são o riacho do Ribeira e o rio Ipanema, que não passam pelo núcleo urbano de Águas Belas e estão mais preservados.

As caatingas, embora apresentem condições climáticas que impõem dificuldades, têm uma importância fundamental para os Fulni-ô. Nelas concentra-se uma grande variedade de espécies vegetais úteis aos índios para confecção do artesanato, cura de enfermidades e alimentação (humana e dos animais), além de ser neste ambiente praticada a religiosidade indígena.

A exploração desses ambientes tem sido caracterizada pela criação de mecanismos capazes de garantir a sobrevivência física e cultural deste povo. Um dos mecanismos utilizados, e que aqui ganhará destaque, diz respeito à diversificação das atividades econômicas, a partir das quais os índios potencializaram as condições favoráveis, tanto dos seus recursos naturais como de suas características sociais e culturais, superando, parcialmente, as pressões sociais e ambientais.

Aspectos da organização econômica

A situação de contato e o modelo hegemônico de desenvolvimento provocaram o empobrecimento dos índios levando-os a uma situação de marginalidade econômica, reconhecida pela Resolução nº 30, do Conselho da União Européia, de 30 de novembro de 1998, como violadora dos direitos humanos dos povos indígenas (Athias 2007:19).

Para se ajustarem ao atual contexto das economias nacional e mundial, assim como suas recentes demandas, os povos indígenas têm criado novas formas de organizações permitindo sua inserção na esfera econômica. Segundo pesquisa realizada por Vânia Fialho, em 2002, o associativismo indígena tem se revelado uma prática constante entre os Fulni-ô (Fialho 2007). Para a autora, o associativismo indígena permite uma maior participação dos índios nas esferas de decisão, colocando as sociedades indígenas em um novo lugar nas negociações que se travam em torno de seus direitos e na tentativa de efetivação de sua autonomia.

Atualmente, os Fulni-ô praticam concomitantemente uma gama de atividades que os integram as economias locais, regionais e até nacionais e podem ser compreendidas como estratégias de sobrevivência a um ambiente que oferece poucas opções de criação de renda, em razão das pressões sociais e ambientais a que são submetidos.

Nós vivemos sobrevivendo, do artesanato, da caça, da pesca e de alguma arte civilizada que nós aprendemos com os não-índio. [...] É como eu disse à senhora, a gente aprendemos... por exemplo, eu trabalho, eu faço artesanato indígena, meus filhos faz, eles sabem também. Nós somos agricultor. Sou artista em pintura, meus filhos também é [...]. No decorrer desse tempo nós foi aprendendo. [...] Se nós não tivesse alguma atividade, nós não vivia em Águas Belas, porque o pessoal acabaram tudo que nós tínhamos. Nós sobrevivíamos de artesanato, da palha do coqueiro, fazia esteira, tapete, chapéu, vassoura, bolsa e etc. O pessoal colocaram fogo aí na Serra, queimaram. Até as fruteiras que nós tinha aí na Serra mataram. [...]. (Gláucio)

Segundo foi observado em campo, a maioria das unidades residenciais pratica agricultura, tanto para subsistência como para comercialização, e o artesanato, sendo as demais atividades bastante diversificadas. Cabe destacar ainda a importância das seguintes atividades: (1) arrendamento de terra; (2) trabalhos assalariados, empregos e aposentadorias; (3) apresentações artísticas; (4) projetos variados e (5) pesca.

Considerando as atividades que predominam nota-se uma interação social e econômica dos índios com o meio urbano, mais ou menos intensa de acordo com a atividade, dificultando a identificação do caráter indígena na organização econômica, a não ser pelos atores sociais, pelos lugares destas atividades e por seus raios de produção, distribuição e consumo. No caso dos Fulni-ô, as únicas atividades que poderiam ser consideradas exclusivamente indígenas são a produção de artesanato com a palha de ouricuri e a apresentação indígena, enquanto todas as outras também são exercidas pela população regional não-indígena.

A escolha das atividades é feita por orientações pessoais e pelas oportunidades que se apresentam, respeitando as épocas do ano, que potencializam uma maior ou menor aceitação a cada atividade. Desta forma, a sazonalidade marca a maioria das atividades desenvolvidas e pode ser definida por fatores ambientais, religiosos, econômicos, sociais e políticos.

Pesca

Atualmente a pesca é uma atividade secundária para os Fulni-ô, embora seja provável que seu papel fosse maior no passado, como constatou Pinto (1956:98-102) ao caracterizá-los como “pescadores extraordinários” (idem: 98), descrevendo diversas técnicas.

A mudança da situação passada, favorável à pesca, é identificada pelos índios como fruto de intervenções humanas de caráter predatório:

Porque a água escorria lá da Serra, no tempo em que só tinha índio aqui, que fornecia [a serra] tanto água, como peixe pra gente, né. Isso acabou com a instalação do reservatório de água, então nós ficamos sem abastecimento. Então, a situação é essa: uma situação de sobrevivência... por conta da cidade, né. (Almir)

No caso dos Fulni-ô, a pesca é mais praticada para o autoconsumo familiar, ou como lazer, do que para a comercialização, sendo poucas as pessoas que vendem peixes na feira local. A comercialização do pescado é feita pela população não-indígena de Águas Belas. Para os Fulni-ô, esta atividade não tem medição de moedas e seus excedentes são distribuídos entre os familiares.

Sendo assim, a pesca para os Fulni-ô não representa uma atividade econômica relevante, no entanto ela tem um importante papel na segurança alimentar da população indígena, haja visto que pelo menos uma vez na semana consomem esta proteína animal.

Caça

A caça só representa um complemento alimentar, em algumas poucas unidades residenciais. Segundo depoimentos, os animais das caatingas são procurados, principalmente, para caça esportiva, criação doméstica e obtenção de produtos não comestíveis como, por exemplo, penas de aves para adornos do artesanato. As aves são um dos animais mais cobiçados para captura e domesticação ou caça com finalidade de obtenção dos recursos necessários para o artesanato. Diferente da caça, na captura a espécie não é morta, apenas é retirado o recurso que se

deseja, libertando-a a seguir. Outra forma de captura é aquela que visa o aprisionamento da espécie para sua domesticação.

A caça de aves depende do valor agregado aos recursos destinados ao artesanato, da troca das suas penas e, no caso das aves para alimentação, dos hábitos alimentares dessas espécies.

Esta atividade não é significativa no que diz respeito às estratégias de sobrevivência do povo Fulni-ô, não tendo importância econômica, tampouco garantindo a segurança alimentar, contudo agrega valor a outra importante atividade, o artesanato.

Coleta

Com a degradação do ambiente e a facilidade em obter os recursos necessários de outras formas, a coleta perdeu importância na segurança alimentar dos Fulni-ô, mas continua sendo uma atividade econômica importante. Sua influência na economia familiar pode ser direta, quando os recursos naturais são vendidos antes de virarem outros produtos, ou pode estar agregada à outra atividade econômica, servindo como fonte para aquela, como acontece no artesanato. Geralmente as pessoas que realizam esta atividade, a fazem para suporte próprio, mas existem casos onde o material coletado é vendido para aqueles que fazem artesanato ou mesmo para a população não-indígena.

A coleta nos dias atuais visa basicamente à venda de madeira ou a obtenção de matéria-prima para a fabricação de artesanato, como a palha de Ouricuri, fibras de craú e diversas sementes, madeiras e cipós.

Artesanato

O artesanato é a atividade econômica dos Fulni-ô mais destacada nos diversos relatos etnográficos e históricos, sendo difícil encontrar uma residência onde não haja pelo menos um membro que realize a prática.

Ainda que mais destacado em um período do ano, o artesanato não apresenta um recorte sazonal tão incisivo como outras atividades, a

exemplo da agricultura ou apresentações artísticas. Isto contribui para que esta seja uma das atividades econômicas principais para a manutenção da sobrevivência Fulni-ô, especialmente nos momentos de baixa produtividade de outras atividades econômicas. Duas épocas, no entanto, incrementam a produção de artesanato: o Dia do Índio e a estação seca.

As comemorações que acontecem no ‘mês do índio’ aumentam a procura pelo artesanato indígena e potencializa a abertura de espaços de comercialização. A estação seca, por sua vez, é considerada a melhor, porque índios deixam de se dedicar à agricultura tendo mais tempo disponível. Além disso, o período de seca agiliza a secagem da palha de ouricuri, tornando mais rápida a confecção dos objetos feitos dela.

Os produtos fabricados com maior frequência variam de acordo com o momento histórico. Atualmente são confeccionados artefatos utilitários, como bolsas, cestos, chapéus, colares, brincos, esteiras, tapetes, vassouras, chanducas⁶ e também artefatos decorativos como cocares, arcos e flechas, bordunas e machados, mas no passado a vassoura era a principal produção do artesanato e de sua comercialização viviam várias famílias.

Antigamente o artesanato era uma atividade que as pessoas dependiam mais, era somente do artesanato. Hoje não é somente do artesanato, mesmo porque a comercialização diminui muito e o interesse das pessoas pelo artesanato indígena aqui na região. Aí o artesanato que é feito, é feito basicamente pra ser mandado pra fora, pra vender nas feiras de artesanato em Brasília, em Recife. Hoje ainda se vende, segunda-feira você ainda encontra ali na feira o pessoal vendendo artesanato, mas a comercialização dele é muito pouca, as pessoas compram muito pouco. Por exemplo, a gente aqui fazia 100, 150 vassouras por semana, aí levava pra feira pra vender. Era normal vender 100, aí ficava 50. A renda na maioria das famílias era essa: a venda da vassoura. Caiu de um jeito que a gente fazia vassouras, levava 100 pra vender, aí não vendia nenhuma. Aí levava na outra segunda, mais três segundas e tinha que diminuir o preço 30, 40% pra que pudesse entregar ela, pra que não se perdesse. (Wilke)

⁶ Espécie de cachimbo de uso muito comum entre os Fulni-ô.

A queda da comercialização da vassoura e as expectativas da sociedade sobre o artesanato indígena estimulam a diversificação da produção. Passam, então, a ser confeccionados cocar, arco e flecha e colares, estes feitos principalmente de ossos. Para alcançar este mercado os objetos são, muitas vezes, confeccionados com materiais vindos de fora como, por exemplo, penas mais vistosas. A mudança nos artigos e materiais do artesanato está intimamente relacionada ao estereótipo que a população não-indígena atribuiu aos índios, que veste a todos e todas com um cocar, arco e flecha e machados. Para ganhar espaço no mercado do artesanato indígena, os Fulni-ô aprenderam com outros índios a produzir esses objetos.

Na semana do índio, ficou muito comum, e isso surgiu há pouco tempo, essa demanda de um grupo ir pra Recife, outros lugares, de procurar grupos indígenas pra fazer apresentação folclórica, cultural. Então assim, houve necessidade de fazer artesanato pra vender lá fora. Aí nesse caso não ia ser a vassoura que ia ser levada, ou a esteira e o tapete que ia ser levado, eles cobravam o arquinho e flecha que era o que eles assistiam na televisão. Só que Fulni-ô não sabia fazer arco-e-flecha, sabia fazer bodoque, que é parecido com arco-e-flecha, só que lá eles cobravam arco-e-flecha. Então, o Fulni-ô em contato com outras tribos aprendeu a fazer o arco-e-flecha tipicamente como eles querem, entendeu? Só que arco-e-flecha aqui foi pouco usado, talvez nunca tenha sido usado de fato, como arma de caça. Talvez em um tempo muito mais remoto, mas em tempo recente foi usado o bodoque que era muito mais uma brincadeira de criança do que propriamente usado pra caça. [...] agora cocar também houve adaptação em alguns cocar. Por exemplo, tem cocar de penas de arara que não tem nada a ver com Fulni-ô. Só que quando chega lá fora eles cobram cocar de pena de arara, então Fulni-ô que não é besta, vai pra Brasília compra penas de arara e faz pra vender aqui ali, se for vender com penas de gavião o preço não é o mesmo, então é muito mais uma questão de comercialização neste caso, do que propriamente vender um produto de sua cultura. (Wilke)

Esta atividade fomenta uma rede de trocas, na qual os Fulni-ô aprendem com outras etnias a confeccionar objetos e adquirem materiais mais vistosos, como penas de arara e uma variedade de sementes, conse-

guiados também nas relações comerciais com outros povos. Nesse aspecto as relações mais importantes acontecem com os índios da região Norte do país. Esta rede permite o incremento do artesanato e contribui para a inserção dos Fulni-ô no mercado consumidor. Outras vantagens desta atividade estão nos fatos dela dar continuidade a uma ‘tradição’ indígena, a confecção de artefatos de palha do ouricuri, e permitir uma maior inclusão das mulheres nas atividades produtivas.

Apresentação artística

A apresentação de dança e música indígena é uma atividade que vem conquistando espaço recentemente. Na busca pelo mercado consumidor, esta atividade constantemente é reelaborada, em um processo de criação e recriação dos figurinos, das pinturas corporais e dos recursos da apresentação em si.

Embora ocorram apresentações pontuais ao longo de todo ano, sua prática é marcada por uma data sociopolítica, o Dia do Índio, fazendo desta uma atividade pontual, e por isso uma fonte de renda secundária para a maioria das famílias que a exercem. Nos meses que antecedem abril os índios estão treinando para as apresentações, e aqueles que não se apresentam intensificam seus trabalhos no artesanato, que é divulgado junto com os grupos artísticos.

As apresentações acontecem, principalmente, em cidades do estado de Pernambuco, onde o mercado se tornou muito concorrido levando os grupos a procurarem espaços em outros estados. Alguns grupos se apresentam exclusivamente fora de Pernambuco e seus integrantes admitem ser esta a melhor opção uma vez que na relação de oferta e procura eles levam vantagens. A disputa por espaço provoca alguns conflitos sociais, sendo esta uma das razões para o surgimento e a dissolução de tantos grupos.

A importância desta atividade se dá ainda pelo fato de agir como mais um canal de exercício da língua Yaathê e por valorizar a música e dança indígena, antes do surgimento dos grupos não tão disseminadas entre os jovens.

Arrendamento de terras

Esta atividade tem uma grande importância econômica para algumas famílias, porém não para todas. Ao que tudo indica, menos da metade das famílias Fulni-ô possui um lote próprio, mas dentro desta realidade existem também aqueles que possuem mais de um lote, chegando a 30 hectares. Esta situação é resultado de questões que passam pelo reconhecimento da identidade indígena, pela concentração de terras e pelo fato do sistema de redistribuição de lotes não acompanhar a dinâmica do crescimento familiar.

É comum os lotes serem arrendados a terceiros ou disponibilizados gratuitamente aos filhos ou outros parentes. Quando arrendados, os acordos costumam ser feitos por vários anos ou por tempo indeterminado, ainda que também haja contratos de curta duração. Nesses acordos fica estabelecido o tipo de beneficiamento que o arrendatário deverá dar, geralmente a concessão de parte da produção agrícola aos donos do lote, ou em situações onde foram construídas edificações nos terrenos arrendados o pagamento pode ser feito em dinheiro, em valores muito baixos, chamados *chão de casa*. Embora o arrendamento seja uma prática oficializada, muitos arrendatários nada pagam pelo usufruto do lote. Além de não terem benefícios econômicos com a prática do arrendamento, os índios ainda denunciam os estragos ambientais provocados pelos arrendatários, como a poluição do rio e as frequentes queimadas da vegetação, especialmente na serra do Comunaty.

O loteamento da terra indígena e a prática correspondente de arrendamento geraram um problema de concentração de terras, que por sua vez contribuiu para a existência de diferenciações sociais e econômicas entre os Fulni-ô. Se por um lado o arrendamento traz vantagens econômicas para algumas famílias, por outro traz também uma série de prejuízos sociais, reproduzindo em seu interior a exclusão social, as desigualdades econômicas e os prejuízos ambientais, ao destinar as melhores áreas a esta prática, comprometendo inclusive outras atividades como, por exemplo, o artesanato, a agricultura e a pesca. O arrendamento trouxe ainda mais uma desvantagem aos índios: a expansão sobre as terras indígenas, desrespeitando seus limites. Os malefícios dessa prática foram reconhecidos pelo SPI, que a partir da década de 1940 passou a

considerar os arrendamentos como prejudicial à existência e ao desenvolvimento econômico e moral dos índios.

Trabalhos assalariados, empregos e aposentadorias

Estas três modalidades de fonte de renda também são comuns entre os Fulni-ô. Embora não sejam as atividades mais representativas, geralmente são as de maior relevância econômica para a unidade familiar.

Os Fulni-ô conseguiram ocupar alguns postos de trabalhos, geralmente diaristas ou temporários. Estes trabalhos consistem em serviços prestados à comunidade não-indígena, ou mesmo a sua própria, em troca de uma baixa remuneração, que ainda sim faz com que sejam de grande importância, sobretudo nas épocas desfavoráveis a agricultura e ao artesanato.

Tem muitos índios que é empregado do governo, professora, pintor, pedreiro, encanador de água. Nós temos índio que trabalha na COMPESA, na rua, na cidade, né... (Gláucio)

As aposentadorias e os empregos são importantes fontes de renda, das quais uma parcela das unidades residências depende, representando geralmente a principal fonte do domicílio. Os empregos para indígenas concentram-se, com poucas exceções, no funcionalismo público federal (FUNAI) e municipal (Prefeitura), fazendo com que sejam extremamente cobiçados, uma vez que representam praticamente as únicas oportunidades de renda relativamente segura, fora a prática do arrendamento de lotes. Pelo valor recebido e pela seguridade do trabalho, ter pelo menos um funcionário na família constitui um fator econômico importante para a grande maioria das famílias.

Os assalariados que têm são aqueles que são pensionistas do INSS e os servidores da FUNAI, são essas fontes de salário, são as pessoas que vivem numa condição melhor. Então, é muito comum, nas famílias que têm os velinhos, eles participarem com o salário mínimo, participarem de forma primeira na renda familiar. [...] Outras famílias vivem do arrendamento de terras... é

aonde eu digo que o artesanato não é mais a atividade primeira nisso aí. (D. Juraci)

Os Fulni-ô são um dos grupos com maior representação no quadro de empregados da FUNAI (Arruti 1996). A importância em ocupar este espaço está ainda no fato de possibilitar a injeção de recursos ao grupo, seja na forma de projetos de desenvolvimento, apoios financeiros, doação de gêneros ou serviços públicos antes inexistentes.

Com os órgãos públicos existe ainda outra relação marcada não só por interesses econômicos, mas por submissão, tutela e dependências historicamente consolidadas na vida dos Fulni-ô. As práticas e posturas autoritárias dos órgãos governamentais deram lugar a relações de dependência econômica e social mais acentuadas, caracterizando a relação como assistencialista e clientelista. A partir dessa relação com os órgãos governamentais, os índios e índias intensificam outro canal econômico, de acesso a projetos.

Projetos

Os povos indígenas do Nordeste carecem de programas direcionados para a população indígena, como o PPTAL e o PDPI, ficando inseridos em um quadro mais amplo de programas e projetos. Para alcançar este mercado os Fulni-ô, movidos pelo desejo de dar curso aos seus projetos e terem sua cidadania reconhecida, criam organizações indígenas que atendem as exigências das instituições de fomento.

Mesmo confusos, os índios vêm tentando lidar com as exigências; encarar projetos e associações como forma de afirmar sua existência, de ser incluído, nem que seja na categoria de 'excluídos'. (Fialho 2007:30)

Esses projetos, na maioria dos casos, visam a questão da subsistência e não se encontram conectados com os preceitos do etnodesenvolvimento, ao contrário disso, geralmente respondem a uma lógica hegemônica e universalizante. A agricultura, caprinocultura, apicultura e

promoção da cultura indígena são as áreas que mais recebem apoio dos projetos, estes geralmente ligados às instâncias do governo federal.

Os recursos destinados a esses projetos nem sempre são efetivados em melhorias para a população indígena, ao invés disso tornam-se grandes dívidas e prejuízos, fazendo desta uma atividade pouco relevante no que diz respeito ao fomento da população indígena.

Agricultura

A agricultura é praticada em terrenos relativamente pequenos e em solos menos férteis, uma vez que os melhores solos, aqueles ao pé da serra do Comunaty, são arrendados. Pode-se dizer que a agricultura é primordialmente de subsistência, a produção é, em sua maioria, para o consumo doméstico, podendo também haver relações de troca e venda, geralmente não considerando o lucro, servindo apenas para pagar os gastos com a própria produção. A agricultura de subsistência é também marcada por um sistema de solidariedade, do qual geralmente fazem parte o agricultor e seus parentes diretos. É raro encontrar entre os Fulni-ô aqueles que comercializam sua colheita inteira.

A orientação da agricultura Fulni-ô segue as mesmas características da agricultura convencional, baseada em monoculturas ou em uma baixa diversificação. Os principais cultivos são de feijão e milho, mas também são cultivados algodão, mandioca, batata-doce, abóboras, melancia, palma, macaxeira, frutíferas e verduras.

A escolha dos plantios segue critérios ambientais e socioeconômicos. A demora na obtenção de determinados produtos agrícolas, a exigência de maiores gastos, tanto físicos como econômicos e a vulnerabilidade a que ficam expostas algumas dessas espécies, por exemplo, no período de reclusão do ritual religioso, são alguns motivos que interferem nas escolhas das espécies.

A agricultura é uma importante fonte de renda para algumas famílias, mas para a maioria delas a grande relevância desta atividade está na garantia da segurança alimentar, uma vez que a produção de alguns meses abastece durante muitos outros uma família inteira. Além disto,

esta atividade tem um papel de destaque na formação das redes de solidariedade.

Criação de animais

O SPI tentou no passado fazer com que a criação de gado fosse aderida pelos Fulni-ô, no entanto, ela nunca chegou a ter uma relevância econômica. Mesmo hoje, a criação de animais, geralmente de bovinos e caprinos, desempenha um papel periférico entre as atividades econômicas, com poucas unidades domésticas dependendo dela.

Desta forma, pode-se dizer que entre os Fulni-ô a criação de animais é uma prática secundária, economicamente pouco rentável, e basicamente para o consumo próprio, sendo em alguns casos uma fonte significativa para garantia da segurança alimentar de algumas famílias.

Considerações finais

A relação dos Fulni-ô com seu meio ambiente está pautada em estratégias para sobrevivência e permanência em seu território, potencializando para isso os ambientes e criando mecanismos de superação das pressões sociais e ambientais.

A diversificação das atividades econômicas é uma estratégia para superar o quadro de exclusão a que são submetidos os índios e as pressões do ambiente físico que reduz a possibilidade de exercer algumas atividades durante parte do ano. Como esta estratégia é observada dentro de uma mesma unidade familiar, os Fulni-ô conseguem realizar a prática de pelo menos uma atividade por todo ano, acompanhando as sazonalidades do ambiente e as datas sociopolíticas e diversificando as fontes de renda.

Sendo assim, esta estratégia pode ser entendida como resultado de um processo de adaptação, que por vezes fortalece a identidade indígena, reforça a renda familiar, garante a segurança alimentar, cria redes de solidariedade, ou ainda promove a conservação do ecossistema local. Porém, outras vezes fomenta conflitos sociais, degradação do ecossistema e

Cultura, identidade e território no Nordeste indígena

outras situações desfavoráveis. A condição de adaptação provocada por essas atividades em algum nível da vida dos índios, seja na esfera social, ambiental, cultural ou econômica, geralmente, no entanto, reflete em uma condição de má adaptação em outro nível, interferindo na qualidade e sustentabilidade desse ambiente.

Nessas condições os Fulni-ô prosseguem em sua luta pelo direito ao uso e controle sobre seu território, tentando se afirmar como sujeitos de direitos etnicamente diferenciados, buscando a continuidade de seu povo.

Bibliografia

- A SITUAÇÃO DAS TERRAS... 1925. *A situação das terras do extinto aldeamento de Ipanema, em Aguas Bellas. Pareceres dos drs. Andrade Bezeira, director do Departamento Estadual do Trabalho e Imigração e João Paes de Carvalho Barros, procurador geral do Estado.* Recife: Rep. de Pub. Officiais.
- AGOSTINHO, Pedro. 2003. Para uma história das técnicas e métodos de demarcação de terras indígenas no Brasil Colonial: o problema da “légua em quadra”. Duas possíveis reconstituições de medição da Missão Jesuítica de São Bernabé, Rio de Janeiro. In VIII Reunião dos Antropólogos do Norte e Nordeste/ VIII ABANNE: *Programa e resumos*, p. 142. São Luís: UFMA.
- ALBUQUERQUE, Áurea Fabiana A. de. 2006. *Socio-economic Development of Indigenous People in Three Different Environments in Pernambuco, Brazil.* (Farming & Rural Systems Economics, 83). Weikersheim: Margraf.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. 1989. *Um sertanejo e o Sertão. Moxotó Brabo. Três Ribeiras: reminiscência e episódios do quotidiano no interior de Pernambuco.* Belo Horizonte: Itatiaia.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. 1988. Terras de Preto, Terras de Santo e Terras de Índio: posse comunal e conflito. *Revista Humanidades*, 15:42-8.
- AQUINO, Rubim Santos Leal de et al. 1990. *História das sociedades americanas.* Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico.
- ARRUTI, José Maurício Andion. 1996. *O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.

Cultura, identidade e território no Nordeste indígena

- _____. 1999. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no Sertão do São Francisco. In OLIVEIRA, João Pacheco de (org.): *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, pp. 229-77. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- ASCELRAD, Henri; HERCULANO, Serene; PÁDUA, José Augusto. 2004. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford.
- ATHIAS, Renato. 2007. *A noção de identidade étnica na antropologia brasileira: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira*. Recife: Editora da UFPE.
- _____. 2007. Saúde, participação e faccionalismo entre os Pankararu. In IDEM (org.): *Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*, pp. 33-48. Recife: Editora da UFPE.
- BALANDIER, Georges. 1969. *Antropologia política*. Lisboa: Presença.
- BANKS, Markus. 1996. *Ethnicity: Anthropological Constructions*. London and New York: Routledge.
- BARTH, Fredrik. 1998. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne (org.): *Teorias da etnicidade*, pp. 185-227. São Paulo: Editora UNESP.
- BATISTA, Mércia R. R. 2005. O Toré e a Ciência Truká. In GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (org.): *Toré: regime encantado do índio do Nordeste*, 71-98. Recife: FUNDAJ, Massangana.
- BENJAMIN, Walter. 1985. *Magia e técnica, arte e política*. (Obras escolhidas, 1) São Paulo: Brasiliense.
- BOROFKY, Robert et al. 2005. *Yanomami: The Fierce Controversy and What We Can Learn from It*. (California Series in Public Anthropology, 12) Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- BOURDIEU, Pierre. 2004. *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1998. *Memória Sertão*. São Paulo: Cone Sul/ Editora UNIUBE.
- BRANNER, John C. 1887. Notes upon a Native Brazilian Language. *Proceedings of the American Association for the Advancement of Science* (Buffalo Meeting, August, 1886), pp. 339-40. New York: Salem.

- _____. 1923. Os Carnijós de Águas Belas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 94, v. 148 (1927):359-65. [tradução do artigo de 1887]
- BRANQUINHO, Fátima. 1999. *Da “química” da erva nos saberes popular e científico*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- BRASILEIRO, Sheila. 1999. “O Toré é coisa só de índio”: mudança religiosa e conflito entre os Kiriri. In CAROSO, Carlos & BACELAR, J. (org.): *Brasil: um país de negros?* Pp. 207-18. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO.
- _____. 1999. Povo indígena Kiriri: emergência étnica, conquista territorial e faccionalismo. In OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.): *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, pp. 173-96. (Territórios Sociais, 2) Rio de Janeiro: Contra Capa.
- CAMPOS, Carla Siqueira. 2006. *Os Fulni-ô e suas estratégias de sobrevivência e permanência no território indígena*. Dissertação de mestrado. Recife: PPGA/UFPE.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1986. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, Edusp.
- _____. 1992. Política indigenista no século XIX. In idem (org.): *História dos índios no Brasil*, pp. 135-54. 2ª edição. São Paulo: FAPESP/ Companhia das Letras.
- CARVALHO, Alfredo de. 1906. Um poeta aventureiro: Elias Herckmans, 1596-1644. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, vol. XII, nº 68:356-64.
- CASAL, Padre Manoel Aires de. 1943 [1816]. *Corographia Brasilica, tomo II*. São Paulo.
- CASIMIR, Michael J. 1990. Der Mensch und seine Territorien: Ein kritischer Überblick über die Literatur der 80er Jahre. *Zeitschrift für Ethnologie*, 115: 159-67.
- _____. 1992. The Dimensions of Territoriality: An Introduction. In CASIMIR, Michael J. & RAO, Aparna (eds.): *Mobility and Territoriality: Social and Spatial Boundaries among Foragers, Fishers, Pastoralists and Peripatetics*, pp. 1-26. Oxford: Berg.

Cultura, identidade e território no Nordeste indígena

- CAVIGNAC, Julie Antoinette. 1999. Festas e penitências no sertão. *Vivência*, 3(1):39-45.
- CLASTRES, Pierre. 2003. *A sociedade contra o estado*. São Paulo: Cosac Naif.
- _____. 2001. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naif.
- COSTA, F. A. Pereira da. 1983a [1953] *Anais Pernambucanos, II (1591-1634)*. 2ª edição. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, 3) Prefácio, aditamentos e correções por Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- _____. 1983b [1953] *Anais Pernambucanos, III (1635-1665)*. 2ª edição. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, 4) Prefácio, aditamentos e correções por Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- _____. 1983c [1953] *Anais Pernambucanos, V (1701-1739)*. 2ª edição. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, 6) Prefácio, aditamentos e correções por Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- _____. 1984a [1953] *Anais Pernambucanos, VI (1740-1794)*. 2ª edição. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, 7) Prefácio, aditamentos e correções por Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- _____. 1984b [1953] *Anais Pernambucanos, VII (1795-1817)*. 2ª edição. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, 8) Prefácio, aditamentos e correções por Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- COSTA, Januacele Francisca da. 1993. *Bilingüismo e atitudes lingüísticas interétnicas: aspectos do contato português – Ya:thê*. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE.
- _____. 1999. *Ya:thê, a última língua nativa no Nordeste do Brasil: aspectos morfofonológicos e morfo-sintáticos*. Tese de doutorado. Recife: UFPE.
- COSTA JÚNIOR, Olímpio. 1942. Extintos aldeamentos de índios de Pernambuco. *Revista do Norte* (Recife), série III, nº 1, abril. [sem paginação]
- COUTINHO JR., Walter & MELO, Juliana Gonçalves. 2000. Reflexões sobre a questão fundiária Fulni-ô. In ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (org.): *Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros*, pp. 57-64. Brasília: FUNAI/DEDOC.

- COUTO, D. Domingos de Loreto. 1902 [1757]. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 24:1-355.
- _____. 1903 [1757]. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 25:3-214.
- DÂMASO, Padre Alfredo Pinto. 1931. *Pelos índios: o Serviço de Proteção aos Índios e a tribo dos Carijós no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: SPI.
- DANTAS, Beatriz G. et al. 1992. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.): *História dos índios no Brasil*, pp. 431-56. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- DANTAS, Sérgio Neves. 2002. *Sou Fulni-ô, meu branco*. Tese de doutorado em Ciências Sociais/Antropologia. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/PUC-SP.
- DRIESEN, Ludwig. 1849. *Leben des Fürsten Moritz von Nassau-Siegen*. Berlin: Verlag der Deckerschen Geheimen Ober-Hofbuchdruckerei.
(disponível em [Google Books](#))
- DOPPLER, Werner. 2000. Farming and Rural Systems: State of the Art in Research and Development. In DOPPLER, Werner & CALATRAVA, J. (eds.): *Technical and Social Systems Approaches for Sustainable Rural Development*, pp. 3-21. Weikersheim: Margraf.
- DURKHEIM, Émile. 1977. *A divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 1996. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- EHRENREICH, Paul. 1907a. Sobre alguns antigos retratos de índios sul-americanos. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, vol. 12, n° 65:18-46.
- _____. 1907b. Um intérprete dos Tapuias. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, vol. 12, n° 65:75-8.
- ELIADE, Mircea. 1992. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. 1993. *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*. (Anthropology, Culture and Society) London: Pluto Press.
- ERLICH, Lílian. 1975. *Jazz: das raízes ao rock*. São Paulo: Cultrix.

Cultura, identidade e território no Nordeste indígena

- FERREIRA, Ivson J. 1996. *Relatório: Grupo Indígena Fulni-ô*. Recife: FUNAI – ADR/Recife. (não publicado)
- _____. 2000. Ruptura e conflito: prática indigenista e a questão da terra entre os Fulni-ô. In ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (org.): *Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros*, pp. 41-54. Brasília: FUNAI.
- FERREIRA, Lorena de Mello. 2006. *São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império*. Dissertação de mestrado. Recife: PPGH/UFPE. (www.bddt.ufpe.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3387)
- FIALHO, Vânia. 2007. Associativismo, desenvolvimento e mobilização indígena em Pernambuco. In ATHIAS, Renato (org.): *Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*, pp. 11-31. Recife: Editora da UFPE.
- _____. & SECUNDINO, Marcondes de Araújo. 1999. *História acontecida, história vivida: considerações sobre a incorporação da Fazenda Perú à Terra Fulni-ô*. Recife. [parecer técnico não publicado]
- FISHER, William H. 2000. *Rain Forest Exchanges: Industry and Community on an Amazonian Frontier*. (Smithsonian Series in Ethnographic Inquiry) Washington and London: Smithsonian Institution Press.
- FOTI, Miguel. 1991. *Resistência e segredo: relato de uma experiência de antropólogo com os Fulni-ô*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB.
- _____. 2000. Uma etnografia para um caso de resistência: o ético e o étnico. In ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (org.): *Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros*, pp. 75-8. Brasília: FUNAI/ DEDOC.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. 1908. *Dicionário chorográfico, histórico e estatístico de Pernambuco, vol. 1: A – O*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- GEERTZ, Clifford. 1989. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In *A interpretação das culturas*, pp. 13-41. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GIRARD, René. 1990. *A violência e o sagrado*. São Paulo: UNESP/Paz e Terra.
- GODOI, Emília Pietrafesa. 1998. O sistema do lugar: história, território e memória no Sertão. In NIEMEYER, Ana Maria de & GODOI, Emília Pietrafesa (org.): *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*, pp. 97-131. Campinas: Mercado de Letras.

- GOTTOWIK, Volker. 2004. Clifford Geertz in der Kritik: Ein Versuch, seinen Hahnenkampf-Essay "aus der Perspektive der Einheimischen" zu verstehen. *Anthropos*, 99(1):207-15.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. 1993. 'Regime de Índio' e faccionalismo: os Atikum da Serra do Umã. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HERCKMANS, Elias. 1982. *Descrição geral da capitania da Paraíba*. João Pessoa: A União.
- HERNÁNDEZ DIAZ, Jorge. 1983. *Os Fulni-ô: relações interétnicas e de classe em Águas Belas*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB.
- HILLMAN, James. 1997. *O código do ser: uma busca do caráter e da vocação pessoal*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HOHENTHAL JÚNIOR, W. D. 1960. *As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco*. Revista do Museu Paulista, 12.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1987. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. 1ª edição, 2ª impressão. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/ Fundação Nacional Pró-Memória.
- Idéia da População... 1923[1918]. *Idéia da População da Capitania de Pernambuco e de suas anexas* (desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias o Governador e Capitão General José César de Meneses). [autor desconhecido] *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 40, 1923 [1918], Oficinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional.
- INGOLD, Tim. 1996. Human Worlds Are Culturally Constructed: Against the Motion. In INGOLD, Tim (ed.): *Key Debates in Anthropology*, pp. 112-7. London, New York: Routledge.
- INGOLD, Tim; RICHES, David; WOODBURN, James. 1991. *Hunters and Gatherers*. New York: Berg/ St. Martin's Press.
- JACOBINA, Alberto. 1927. *Relatório sobre os trabalhos realizados nos anos de 1925 e 1926, na Inspeção do Estado de Pernambuco*. (maio de 1927; microfilmado, Museu do Índio/FUNAI)
- JENKINS, Richard. 1997. *Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations*. London etc.: Sage.

Cultura, identidade e território no Nordeste indígena

- KELLY, Robert L. 1995. *The Foraging Spectrum: Diversity on Hunter-Gatherer Life-Ways*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press.
- LAPENDA, Geraldo. 1968. *Estrutura da língua Yatê, falada pelos índios Fulniôs em Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária.
- LEE, Richard B. & DALY, Richard H. (eds.). 1999. *The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers*. New York: Cambridge University Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1970a. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP.
- _____. 1970b. *Antropologia estrutural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. 1983. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1993. *Antropologia estrutural dois*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- LINHARES, Lucy Paixão. 1998. Ação discriminatória: terras indígenas como terras públicas. In OLIVEIRA, João Pacheco de (org.): *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- MACKENZIE, Norman. 1973. *Sociedades secretas*. Madrid: Alianza.
- MARCGRAVE, George & PISO, Willem. 1648. *Historia Naturalis Brasiliae... in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Lugdun. Batavorum, apud Franciscus Hackium et Amstelodami apud Lud. Elzevirium. (http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave_1648_historia)
- MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. 2002. As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios. In SOUZA LIMA, Antônio Carlos de & BARROSO-HOFFMANN, Maria (org.): *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*, pp. 49-61. (Territórios Sociais, 8) Rio de Janeiro: Contra Capa/ LACED.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. 2007. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.
- MAURER, Martin. 1999. *Dynamics and Potential of Farming Systems in the Marginal Areas of Jordan*. (Farming Systems and Resource Economics in the Tropics, 32) Kiel: Wissenschaftsverlag Vauk.

- MELAND, Douglas. 1968. *Fulni-ô Grammar*. (Arquivo Lingüístico, 26) Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- MELAND, Douglas & MELAND, Doris. 1967. *Fulni-ô (Yabthe) Phonology Statement*. (Arquivo Lingüístico, 25) Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- _____. 1968. *Word and Morpheme List of the Fulni-ô Indian Language*. Dallas: Summer Institute of Linguistics.
- MELO, Mario. 1929. Os Carnijós de Águas Belas. *Revista do Museu Paulista*, 16: 793-846.
- _____. 1930. Os Carnijós de Águas Belas. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 29 (135-142):179-227.
- MENDES JÚNIOR, João. 1912. *Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos*. São Paulo: Hennes Irmãos.
- MENEZES, Claudia. 1993. *Relatório de viagem: Posto Indígena Fulni-ô*. s/l: FUNAI.
- MORÁN, Emílio F. 1990. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. 2002. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 43:153-69.
- MORIN, Edgar. 1996. A noção de sujeito. In SCHITMAN, Dora Fried (org.): *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*, pp. 54-6. Porto Alegre: Artes Médicas.
- NASCIMENTO, Romério H. Zeferino. 1998. *Aspectos musicais no Tolê Fulni-ô: evidenciando a identidade étnica*. Dissertação de mestrado. Salvador: Escola de Música/UFBA.
- NETTL, Bruno. 1966. Relating the Present to the Past: Thoughts on the Study of Musical Change and Culture Change in Ethnomusicology. *Ethnomusicology – Journal of Musical Anthropology of the Mediterranean*, 1. (www.muspe.unibo.it/period/MA/index/number1/nettl1/ne1.htm; acesso em 10/03/07)
- NIMUENDAJU, Curt. Carta para Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional. Recife, 12/10/1934. Fundação Gilberto Freyre (GF/ CR 140).
- NOVAES, Sylvia Caiuby. 1998. Paisagem Bororo – de terra a território. In NIEMEYER, Ana Maria de & GODOI, Emília Pietrafesa (org.): *Além*

Cultura, identidade e território no Nordeste indígena

dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos, pp. 229-50. Campinas: Mercado de Letras.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1993. “A viagem da volta”: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do Nordeste. In Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil (PETI): *Atlas das terras indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.

_____. 1999. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In OLIVEIRA, João Pacheco de (org.): *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, pp. 11-39. Rio de Janeiro: Contra Capa.

_____. 2004. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In OLIVEIRA, João Pacheco de (org.): *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, pp. 13-42. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa.

_____. 2006. Una etnografía de las tierras indígenas: procedimientos administrativos y procesos políticos. In OLIVEIRA, João Pacheco de (comp.): *Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil*, pp. 15-49. Rio de Janeiro: Contra Capa; Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica.

OLIVEIRA, Paulo Celso. 2008. Gestão territorial indígena: perspectivas e alcances. In ATHIAS, Renato Monteiro & PAHIM PINTO, Regina (org.): *Estudos indígenas: comparações, interpretações e políticas*, pp. 175-91. (Série Justiça e Desenvolvimento) São Paulo: Contexto.

PÁDUA, José Augusto. 2004. Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil. In MOSER, Claudio & RECH, Daniel (org.): *Direitos humanos no Brasil: diagnóstico e perspectivas*, pp. 47-69. 2ª. ed. (Coletânea Ceris) Rio de Janeiro: CERIS, Mauad.

PANTER-BRICK, Catherine; LAYTON, Robert; ROWLEY-CONWAY, Peter (eds.). 2001. *Hunter-Gatherers: An Interdisciplinary Perspective*. (Bio-social Society Symposium Series) Cambridge etc.: Cambridge University Press.

PERES, Sidnei Clemente. 1992. *Arrendamentos de terras indígenas: análises de alguns modelos de ação indigenista no Nordeste (1910-1960)*. (Dissertação de mestrado) Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.

- _____. 1999. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In OLIVEIRA, João Pacheco de (org.): *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, pp. 41-90. (Territórios Sociais, 2) Rio de Janeiro: Contra Capa.
- _____. 2000. O arrendamento como uma forma de mediação de conflitos agrários: o SPI e os Fulni-ô de Águas Belas. In ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (org.): *Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros*, pp. 67-71. Brasília: FUNAI/DEDOC.
- PINTO, Estevão. 1956. *Etnologia brasileira: Fulniô – os últimos tapuias*. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª; Brasiliana, 285) São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- POLLAK, Michael. 1989. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3: 3-15.
- _____. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10: 1-15.
- POMPEU SOBRINHO, Theodor. 1935. Índios Fulniôs: Karnijós de Pernambuco. *Revista do Instituto do Ceará*, 49:31-58.
- _____. 1939. Tapuias do Nordeste. *Revista do Instituto do Ceará*, 53:221-35.
- PRANEETVATAKUL, Suwanna. 1996. *Economic and Environmental Implications of Wood Energy Resources: An Application of Farming and Rural Systems Approaches in Northern Thailand*. (Farming Systems and Resource Economics in the Tropics, 26) Kiel: Wissenschaftsverlag Vauk.
- QUIRINO, Eliana Gomes. 2006. *Memória e cultura: os Fulni-ô afirmando identidade étnica*. Dissertação de mestrado. Natal: UFRN.
- REESINK, Edwin. 2000. O segredo do sagrado: o Toré entre os índios no Nordeste. In ALMEIDA, Luiz Sávio; GALINDO, Marcos; ELIAS, Juliana Lopes (orgs.): *Índios do Nordeste: temas e problemas, II* pp. 359-405. Maceió: EDUFAL.
- _____. s/d. *A jurema, enteógeno e ritual na história dos povos indígenas no Nordeste*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- REGASSA, S. 2002. *The Economics of Managing Land Resources towards Sustainability in the Highlands of Ethiopia*. (Farming and Rural Systems Economics, 42) Weikersheim: Margraf.

Cultura, identidade e território no Nordeste indígena

- RIBEIRO, Darcy. 1970. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RIOS, Aurélio Veiga. 2002. Terras indígenas no Brasil: definição, reconhecimento e novas formas de aquisição. In SOUZA LIMA, Antônio Carlos de & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.): *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*, pp. 63-81. (Territórios Sociais, 8) Rio de Janeiro: Contra Capa/ LACED.
- ROCHA, José Maria Tenório. 1992. *O silêncio conivente: Estevão Pinto, etnólogo. Trajetória intelectual e opções teóricas*. Dissertação de mestrado. Recife: PPGA/UFPE.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- SAMPAIO, Theodoro. 1904. As etymologias indígenas de Elias Herckman. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano*, vol. XI, nº 60: 30-6.
- SANTOS, Ana Flávia Moreira. 2003. A história “tá é ali”: sítios arqueológicos e etnicidade. In SANTOS, Ana Flávia Moreira & OLIVEIRA, João Pacheco de: *Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó*, pp. 13-137. (Territórios Sociais, 9) Rio de Janeiro: Contra Capa/ LACED.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. 2003. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 46: 1-15.
- SCHURÉ, Édouard (s/d) *Os grandes iniciados: esboço da história secreta das religiões*. 2º tomo, 2ª edição. Lisboa: Elos.
- SCHWEITZER, Peter P.; BIESELE, Megan; HITCHCOCK, Robert K. (eds.). 2000. *Hunters and Gatherers in the Modern World: Conflict, Resistance, and Self-Determination*. New York, Oxford: Berghahn.
- SECUNDINO, Marcondes de Araújo. 2000. *Tramas e conexões no campo político intersocietário Fulni-ô*. Dissertação de mestrado. Recife: PPGS/ UFPE.
- _____. 2003. Dialética da redemocratização e etnogênese: emergências das identidades indígenas no Nordeste contemporâneo. *Revista ANTROPOLÓGICAS*, 14(1 e 2):161-84.

- _____. 2007. Voto indígena e representação política entre os Fulni-ô na década de 1990. In ATHIAS, Renato (org.): *Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*, pp. 87-112. Recife: Editora da UFPE.
- SILVA, Dagoberto de Castro e. [1922?]. *Relatório referente às terras ocupadas pelos índios Potiguara na Babia da Traição, município de Mamanguape/PB, e visita aos índios Carijó*. (microfilmado; Museu do Índio/FUNAI)
- SILVA, Edson. 2005. Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai. *Ciências Humanas em Revista*, v.3, n. 2:51-8.
- SILVA, José Afonso da. 1993. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. In SANTILLI, Juliana (ed.): *Os direitos indígenas e a Constituição*, pp. 45-51. Brasília: Núcleo de Direitos Indígenas; Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris.
- SILVANO, Filomena. 2001. *Antropologia do espaço: uma introdução*. 2ª edição. Oeiras: Celta.
- SIMMEL, Georg. 1983. O estrangeiro. In MORAIS FILHO, Evaristo de (org.): *Simmel: Sociologia*, pp. 182-8. São Paulo: Ática.
- SOUSA FILHO, Alípio. 2001. *Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2005. A identificação como categoria histórica. In SOUZA LIMA, Antonio Carlos de & BARRETTO FILHO, Henyo Trindade: *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*, pp. 29-73. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED / CNPq / FAPERJ / IIEB.
- SULLIVAN, L. 1988. *Icanchu's Drums: An Orientation to Meaning in South American Religions*. New York: Macmillan.
- VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. 1993. *Terra, tradição e etnicidade: os Tremembé do Ceará*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- _____. 2004. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. In OLIVEIRA, João Pacheco de (org.): *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, pp. 281-341. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- VASCONCELOS, Sanelva de. 1962. *Os Cardosos das Águas Belas: estudo histórico, geográfico, sociológico e estatístico das Águas Belas e genealógico do seu fundador*. Recife: Arquivo Público Estadual.

Cultura, identidade e território no Nordeste indígena

- VIANNA, Tubal Fialho. 1945. *Relatório dos trabalhos executados no P.I. Gal. Dantas Barreto, sob a direção do encarregado Tubal Fialho Vianna, durante o ano de 1944*. Águas Belas, 13/01/1945. (microfilmado, Museu do Índio/FUNAI)
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2):115-44.
- WISNIK, José Miguel. 1989. *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras.